

CORREIO BRAZILENSE Deputado usa verba social com vídeos

Lúcia Motta

A primeira diligência da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento encontrou fortes indícios de utilização irregular de verbas públicas por três associações culturais indicadas pelo deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB/MG). Os 265 mil dólares repassados pelo Ministério da Ação Social em 1992 não foram utilizados para assistência social, educação ou saúde — como deveriam — mas para pagar programas de vídeo ensinando os eleitores a votar e explicando o funcionamento do Congresso e das assembleias estaduais. O ministério já determinou que pelo menos



uma dessas associações devolva o dinheiro aos cofres públicos

As irregularidades atingem as associações Caldas da Rainha, Pampulha e Porto Velho, que funcionam em Belo Horizonte. Uma delas, a Caldas da Rainha, tem o mesmo endereço e o mesmo telefone da empresa Engesolo, de propriedade do deputado José Geraldo. Esta associação recebeu, em 1992, o equivalente a 95 mil dólares e os repassou a duas produtoras de vídeo: a Semprevídeo e a JF Publicidade, ambas de Belo Horizonte.

A empresa Porto Velho também utilizou a verba que recebeu do Ministério do Bem Estar Social para pagar a uma empresa de vídeo. Desta vez a beneficiada foi a Sigma-Tao, da Bahia. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) quer saber quem são os proprietários dessas empresas e qual o teor desses vídeos. Teoricamente a produção de vídeos educativos não seria nenhuma irregularidade, mas suspeita-se que seu conteúdo pode ser eleitoral.